

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE HISTÓRIA

ARIANA BUSS

**A REPRESENTAÇÃO DA FAMÍLIA INGLESA NOS SÉCULOS XVIII E XIX
ATRAVÉS DOS ROMANCES “ORGULHO E PRECONCEITO”, “RAZÃO E
SENSIBILIDADE” E “PERSUAÇÃO” DE JANE AUSTEN**

CRICIÚMA

2011

ARIANA BUSS

**A REPRESENTAÇÃO DA FAMÍLIA INGLESA NOS SÉCULOS XVIII E XIX
ATRAVÉS DOS ROMANCES “ORGULHO E PRECONCEITO”, “RAZÃO E
SENSIBILIDADE” E “PERSUAÇÃO” DE JANE AUSTEN**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
para obtenção do grau de Licenciatura no curso
de História da Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Luiz Miranda

CRICIÚMA

2011

ARIANA BUSS

**A REPRESENTAÇÃO DA FAMÍLIA INGLESA NOS SÉCULOS XVIII E XIX
ATRAVÉS DOS ROMANCES “ORGULHO E PRECONCEITO”, “RAZÃO E
SENSIBILIDADE” E “PERSUASÃO” DE JANE AUSTEN**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
pela Banca Examinadora para obtenção do
Grau de Licenciatura no Curso de História da
Universidade do Extremo Sul Catarinense,
UNESC.

Criciúma, 09 de dezembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Antonio Luiz Mirando - Dr. - Unesc - Orientador

Prof. Marcelo Pastafiglia - Unesc

Prof. Tiago da Silva Coelho - Unesc

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que auxiliaram com a escrita de minha monografia, em especial meu orientador Prof. Dr. Antonio Luiz Miranda e minha família, bem como todos aqueles que fizeram parte de minha caminhada pelo Curso de História, meus amigos e professores sem os quais não conseguiria ter conseguido mais esta conquista.

RESUMO

Para entender a estrutura familiar e analisar os domínios públicos e privados da sociedade, faz-se um estudo sobre a formação da estrutura familiar. Nele trabalham-se as mudanças na sociedade até a formação da sociedade moderna. Utilizando-se dos romances de Jane Austen é feita uma revisão bibliográfica para analisar as transformações na sociedade inglesa do fim do século XVIII e do início do XIX. Mostrando os traços e peculiaridades descritos pela autora e sua crítica a sociedade em que vive.

Palavras-chave: História. Literatura. Jane Austen. Família.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 O CONCEITO HISTÓRICO DE FAMÍLIA E DA FAMÍLIA INGLESA DOS SÉCULOS XVIII E XIX	9
2.1 O DOMÍNIO PÚBLICO E PROVADO DA FAMÍLIA NOS SPECULOS XVIII E XIX	11
2.2 A FIGURA DO HOMEM PÚBLICO	12
2.3 A FIGURA DA MULHER PRIVADA	15
3 JANE AUSTEN E A REPRESENTAÇÃO FAMILIAR NO ÂMBITO PÚBLICO/PRIVADO	18
3.1 A REPRESENTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO E PRIVADO NA FAMÍLIA NO LIVRO “ORGULHO E PRECONCEITO”	19
3.2 A DIFICULDADE SOFRIDA PELA MULHER NO DOMÍNIO PÚBLICO PELA FALTA DA FIGURA MASCULINA NO ÂMBITO PRIVADO NO LIVRO “RAZÃO E SENSIBILIDADE”	22
3.2 A INFLUÊNCIA DO ÂMBITO PÚBLICO E PRIVADO NA VIDA DO INDIVÍDUO ATRAVÉS DO LIVRO “PERSUASÃO” DE JANE AUSTEN	24
4 CONCLUSÃO	27
REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

Os séculos XVIII e XIX foram períodos de grandes mudanças na sociedade europeia. As revoluções intelectuais ocorridas na Europa influenciaram profundamente o modo de vida nos núcleos familiares. Entretanto, pouco se tem sobre o cotidiano destas pessoas e suas famílias nas fontes oficiais, uma vez que nos registros oficiais existentes desta época referem-se em sua maior gama as famílias da elite da época. Mas então como conseguiríamos mais informações sobre as demais realidades pessoais e suas familiares sem utilizar a fonte oficial? Para tal feito, os historiadores tiveram que recorrer a outras fontes históricas alternativas como o uso da literatura como fontes.

O uso da literatura como fontes historiográfica, sempre trouxe controvérsias entre os historiadores. Por muito tempo o uso da literatura como fontes histórica foi marginalizada por falta de validade perante o ponto de vista tradicional da história, que apóia o uso apenas de escritos oficiais. Porém no decorrer do século XVIII o pensamento iluminista dá força à discussão do uso da literatura como fonte histórica. E mais à frente, no século XX, dará embasamento para sua utilização como corpo documental dos historiadores pela terceira geração da Escola *dos Annales* através da Nova História, Micro-história e História Cultural.

Muito se debate sobre a forma de estudo feita para utilização da literatura como fonte documental e sua validade junto à historiografia tradicional. Mas como recriar um panorama cultural, de um determinado período, sem descrever as opiniões e idéias das pessoas através de documentos oficiais? Durante muito tempo a história das civilizações foram retratadas e descritas pela literatura de forma a apresentar uma dimensão do passado para as pessoas do presente, sendo muitas vezes o único elo com passado ao qual temos o contato hoje em dia. Então como podemos tirar a validade de uma forma de representação da história que, apesar de não ser oficial do ponto de vista historiográfico tradicional, muitas vezes é uma das poucas fontes que temos para nos ligar a um passado distante ao qual não temos mais como ter acesso?

Segundo o historiador Marc Bloch, ao utilizar-se da literatura como fonte de pesquisa, o historiador deve ter um cuidado redobrado ao trabalhar com um tempo passado que já não tem mais acesso, onde ele tenta recriá-lo através de pequenos detalhes muitas vezes ocultos na escrita literária. Nessa narrativa literária,

que é escrita por uma pessoa com opinião própria do tempo em que vive e tendendo muitas vezes tentava ser imparcial em suas opiniões para descrever os cenários conforme acredita ser, baseado em suas crenças e os pensamentos da época em que vive.

Apesar da história e da literatura sempre andarem próximas uma da outra em suas narrativas, ao mesmo tempo se diferem em seu objetivo. Na literatura o escritor não se preocupa em narrar à veracidade dos fatos tal qual eles aconteceram. Já na história, o historiador tem como ofício a missão de narrar os fatos com a maior veracidade possível, sendo para ele, um dever para com os homens esta representação o mais próximo possível do *real*.

Pasevanto em seu artigo *História & Literatura: uma velha - nova história* cita Jauss e seus trabalhos sobre literatura e história. Ela argumenta que, o historiador tenta recriar os fatos mais próximos do *real* enquanto a literatura recria uma *impressão* do real para o leitor poder se contextualizar com os seus personagens, ambientes e acontecimentos. Essa impressão do real também conhecida como verossimilhança, trabalha através de aproximação do que se acredita ou aparenta ser o real.

Por valorizar os aspectos mais humanos (emoções, pensamento dos personagens) a literatura acaba por recriar um imaginário entre passado e presente, fazendo com que o leitor se familiarize com a história de seus personagens e recrie a época em sua imaginação. Entretanto, sem ter fatos ou argumentos que comprovem esse cenário imaginário.

Já a história assumindo uma postura científica que tenta destituir sua aproximação junto à literatura e sua vertente imaginária para, a reboque, legitimar o saber como verídico ao invés de simplesmente verossímil, buscando dados mais concisos e fontes mais confiáveis, a seu ver, para se aproximar o máximo possível da verdade.

Utilizando-se de três dos romances finalizados de Jane Austen, esta monografia teve como intuito analisar o cenário da vida familiar no âmbito privado e público através de seus romances “Orgulho e Preconceito”, “Razão e Sensibilidade” e “Persuasão” para compreendermos melhor a inter-relação entre o âmbito público e privado dentro da sociedade da época. Retratando o modelo de família moderna descrito por Austen e suas características peculiares como a maior intimidade entre

membros da família, a divisão do feminino/privado e masculino/público e a importância dada ao indivíduo.

No primeiro capítulo é feito um estudo sobre o conceito do termo família com Padro. O começo da formação familiar se baseado nos estudos de Bachofen onde se demonstra o início da estrutura familiar a partir do matriarcado e da poliandria. Neste ponto se discute a transformação do matriarcado para o patriarcado utilizando das teorias de Engels. Em sua teoria ele explica a transformação da estrutura familiar como sendo uma consequência da instituição da propriedade privadas, uma vez que, com um legado concreto o homem vê a necessidade de ser priorizado na família, já que ele provém maior parte do acúmulo de riqueza.

Só então é feita a análise aprofundada da família inglesa dos séculos XVIII e XIX através dos estudos da transformação e divisão da sociedade inglesa feito por Shother. Para finalizar usa-se o conceito familiar descrito por Burguiere sobre a realidade familiar e sua utilização como objeto de pesquisa dentro da história. Para ele a realidade familiar se emaranha na história ao longo da vida humana demonstrando as representações inconscientes do homem e de seu princípio de organização social.

Ainda no segundo capítulo é feita uma abordagem sobre a escritora Jane Austen, analisando sua vida e sua produção. Ela retrata seus romances em um cenário rural e doméstico, onde os nobres e abastados da região de Bath, cuja vida rotineira segue indiferente às convulsões sociais que agitam a Inglaterra.

Austen escreve em seus romances frases espirituosas, reveladoras e econômicas de forma que cada incidente isolado pode ser analisado por si só, embora possa ter seu lugar próprio na construção progressiva da obra. Ela usa e abusa da sua linguagem irônica em seus romances para satirizar e questionar as atitudes de sua época, mostrando a realidade e as transformações que estão acontecendo. Nestes trechos de linguagem irônica e versátil que se pauta a discussão sobre o papel do homem e da mulher no âmbito público/privado e onde são retratados as transformações nos conceitos e papéis da realidade familiar.

2 O CONCEITO HISTÓRICO DE FAMÍLIA E DA FAMÍLIA INGLESA DOS SÉCULOS XVIII E XIX

Desde a metade do século XX, houve segundo Danda Prado, um interesse crescente pelo estudo da família em todos os setores de conhecimento. Cada ramo científico abordando-a por um ângulo. Assim, os economistas se preocupavam com o consumo doméstico, os etnólogos descreveram as estruturas de parentesco, os juristas analisando as leis relativas à família à luz de uma nova realidade social, os sociólogos pesquisando o seu funcionamento contemporâneo, os psicólogos, os efeitos sobre os indivíduos das relações inter e intrafamiliares, os demógrafos interpretaram o crescimento ou a queda de natalidade, os antropólogos interessam-se pelos sistemas familiares em diversas culturas e assim por diante.

Há vários ramos de pesquisa na área familiar, ainda que não se tenha elaborado um método de pesquisa que compreenda a família como um todo. A diversidade encontrada nos vários tipos de família acaba por dificultar a elaboração de um plano de pesquisa, por não ter padrão de comportamento linear cronológico “evolutivo”. Sendo que, este estudo é uma incógnita para vários ramos o que instiga as ciências ir a busca de uma nova compreensão que nos parece tão fácil de exemplificar, mas tão difícil em descrever.

Apesar de a palavra família ter uma grande gama de significados, nenhum deles consegue dar um sentido total sobre o que é a família o qual a sua função. Já se sabe que desde os tempos mais remotos já se havia uma formação de relacionamento grupal familiar, onde muitos estudiosos como Bachofen afirmavam haver uma “família primitiva” demarcada matriarcado, uma vez que seria praticamente impossível se definir com certeza a identidade paterna devido à poliandria existente. Mas a família que temos como base nos nossos estudos atuais esta muito distante desta, uma vez que, temos o patriarcado instituído como base familiar pelos gregos e que da sustentação a família da sociedade moderna.

O termo Família originou-se do latim *famulus* que significa: conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor. Entre os chamados dependentes inclui-se a esposa e os filhos. Assim, a família greco-romana compunha-se de um patriarca e seus fâmulos: esposa, filhos, servos livres e escravos.

Segundo Engels, com a instituição da propriedade privada, houve uma drástica mudança na função do homem na família. A partir da idéia de que o homem

provia a maior parte do acúmulo de riqueza, era dele que deveria ser feito a linhagem familiar através de seus *gens*, uma vez que, anteriormente a herança era passada para família da mulher. Assim, gradativamente o direito materno foi sendo substituído pela filiação masculina. Isto fez com que patriarcado desse um novo sentido ao homem dentro da família, onde ele seria o elemento central do núcleo familiar. Esta formação é a que vai dar corpo à estrutura da família tradicional moderna.

A família tradicional européia do século XVIII foi marcada fortemente pelas idéias iluministas. Aqui a família sofre um momento de transição no qual, as novas formas de pensamento vão se estabelecer e modificar profundamente as estruturas familiares.

Edward Shoter explica que a sociedade industrial do século XVIII não deixava o indivíduo ter livre escolha em relação à formação de sua família. As relações familiares eram “mecânicas” não deixando espaço para o modelo afetivo familiar (*romantic love*) uma vez que, o indivíduo não tinha qualquer autonomia de ação ou sentimento, pois dependia de uma companheira do seu nível para garantir uma estabilidade econômica sustentável.

Seguindo a ideia de Shoter, Lawrence Stone, descreve a família inglesa do século XVI ao fim do século XVIII. Onde ele esboça um esquema em três etapas: (1) a família “ligeiramente aberta”; (2) a família “reduzida patriarcal”; (3) a família (nuclear fechada) que integra todos os índices de mudança numa evolução global e postula uma passagem progressiva da família ampliada a uma estrutura reduzida. Mas Stone não aceita essa evolução como um progresso linear e inelutável, no sentido de um maior respeito da autonomia individual e das relações mais harmoniosas entre os indivíduos. A passagem à família patriarcal, por exemplo, que segundo ele, muito deve ao novo clima religioso, fortaleceu a subordinação das crianças e da mulher ao chefe da família e o caráter autoritário das relações entre eles. Para ele a família reduzida patriarcal é o produto conjunto da transformação das atitudes políticas e das atitudes religiosas.

Segundo Stone a passagem da família “ligeiramente aberta” para a “patriarcal reduzida” consiste na promoção do núcleo conjugal a centro do dispositivo familiar, fazendo com que passe convergir para ele o essencial dos laços afetivos que antes, distribuía para toda a parentela.

Para Burguiere de acordo com seus estudos sobre a família, a realidade familiar se emaranha na história de longa duração, a das representações inconscientes e dos princípios de organização. Tais estruturas familiares não apenas mudam mais lentamente, mas existem para resistir à mudança, para transmitir e reproduzir. Como fazem parte daquilo que se aceita sem exame, do material de que se tecem os hábitos, os testemunhos e época não falam delas e o historiador tem, muitas vezes, de se contentar com hipóteses.

2.1 O DOMÍNIO PÚBLICO E PROVADO DA FAMÍLIA NOS SPECULOS XVIII E XIX

A família nos séculos XVIII e XIX foi dominada pela figura patriarcal marcada pela divisão do domínio público e privado, e pela diferenciação do feminino do masculino. O homem é a figura pública da família e mulher é a sua figura privada no convívio familiar. Para Michelle Perrot a família é a responsável pelo gerenciamento dos “interesses privados”, cujo bom andamento é fundamental para o vigor dos Estados e o progresso da humanidade.

Segundo o artigo *o público e o particular* de Nicole Castan, a afetividade da família neste período está mais ligada a alianças e acordos familiares, do que ao romantismo em si. O que une família neste contexto é disciplina do chefe dela, onde ele assegura a coesão indispensável e à salvaguarda do patrimônio e da honra familiar.

O sistema patriarcal faz do homem a figura pública e central da família, detendo o pátrio poder sobre ela e tendo dever zelar e garantir a manutenção dos bons costumes dentro da mesma. Já a mulher como figura privada deve ser submissa ao seu poder patriarcal, deve manter a ordem dentro da casa, cuidar da educação e do caráter moral dos filhos.

Michelle Perrot, em seu artigo *A Família Triunfante*, fala que a família patriarcal dos séculos XVIII e XIX está num processo gradual de transformação. Seu totalitarismo tenta impor suas finalidades a seus membros, mas estes frequentemente, e cada vez mais, se rebelam contra ele. Nesse processo entre gerações, entre sexos, entre indivíduos dispostos a escolher seus destinos, surgem tensões que alimentam seus segredos, conflitos que levam à sua eclosão. O que acentua tanto mais na medida em que ela recorre com maior frequência à justiça como árbitro de suas divergências, assim submetendo-se insidiosamente ao controle

externo. Fazendo com que a família seja a mão invisível da sociedade civil, sendo ela, o ninho e núcleo ao mesmo tempo dela.

Neste contexto a família ganha importância como célula base da sociedade. Com isso as relações entre o público e o privado ficam no centro de toda teoria política pós-revolucionária. Hegel, diz que o âmbito doméstico constitui uma instância reguladora fundamental e desempenha o papel de deus oculto. O indivíduo fica subordinado à família, que junto com as corporações, são um dos “círculos” essenciais da sociedade civil. Sem ela, o estado só se relacionaria com “coletividades inorgânicas”, com multidões, propícias ao despotismo. A demonstração da moralidade na família é o que dá respaldo a integridade do caráter da mesma, seja no âmbito privado ou público da sociedade em que ela vive.

Para Perrot, Hegel pensa na disposição macro social do público e do privado. Já Kant prende-se especialmente ao microespaço casa. O direito doméstico é o triunfo da razão; ela arraiga a disciplina, abolindo qualquer vontade de evasão. A casa é o fundamento da moral e a ordem social. No cerne privado, um privado submetido ao pai, o único capaz de refrear os instintos, de domar a mulher. Pois a guerra doméstica constitui uma ameaça constante. A mulher é ambígua, ela é o centro da casa, mas também a sua maior ameaça. A moral da mulher pode acarretar tanto na má influência de seus filhos, como pode ser ela a salvaguardar a moral deles. O mal comportamento de seus filhos no âmbito privado recai sobre ela, em contra partida no âmbito público recai sobre o homem chefe da casa, por não saber se impor sobre sua mulher e orientar seus filhos. Mostrando a dualidade do âmbito público e privado dentro de casa.

2.2 A FIGURA DO HOMEM PÚBLICO

A casa é o ninho do homem, o santuário do amor e dos mais suaves afetos domésticos, a defesa da nossa intimidade, a pedra angular da família e da sociedade. É a casa que desperta no homem o sentimento da propriedade, a consciência da personalidade. Lá fora cada coisa é genérica, pública, do primeiro que passa; só dentro da casa cada coisa é nossa e traz o timbre da nossa escolha, do nosso gosto, do nosso espírito. (ALMEIDA, ano, p.).

Segundo Rousseau, em *O Contrato Social*, o homem é um ser por natureza politizado. Seu primeiro contato com a política acontece dentro da sua própria família, onde o chefe é a imagem do pai, o povo é a imagem dos filhos, e

sendo todos nascidos iguais e livres não alienam a liberdade senão para sua utilidade. Sendo o pai o chefe, ele tem a obrigação de garantir aos seus filhos condições para formar um cidadão de bem e respeitável.

Perrot, ao analisar a figura paterna, afirma que ela é proa da família e da sociedade civil, o pai domina com toda a sua estatura a história da vida privada oitocentista. É o pai quem dá o sobrenome, isto é, quem realmente dá à luz, pois, segundo Kant, “o nascimento jurídico é o único nascimento verdadeiro”. É a partir deste ponto, que o novo indivíduo passa a ser membro da sociedade ao ter seu laço com a figura paterna.

O pai tem duplos poderes. Ele domina o espaço público. Apenas ele goza de direitos políticos. A política no século XIX é definida como domínio do homem, a ponto de Guizot recomendar que ela fosse retirada dos salões, femininos e mundanos. Mas os poderes do pai também são domésticos. Exercem-se nessa esfera, e seria um erro pensar que o âmbito privado pertence integralmente às mulheres, ainda que o papel feminino efetivo no lar aumente de maneira constante. Em primeiro lugar, ele é o senhor do dinheiro. As decisões fundamentais cabem ao pai. No âmbito econômico, parece inclusive que seus poderes aumentam. O mesmo vale para as decisões pedagógicas, principalmente no que se refere aos filhos, e para alianças matrimoniais.

A educação do menino a princípio fica a cargo da mãe, onde ela o ensina o básico sobre escrita, literatura e modos até os dez a doze anos. Após ser instruído inicialmente pela mãe, cabe ao seu pai designar a instrução de seu filho dependendo de suas condições e aptidões. Normalmente o rapaz é enviado para uma escola, onde ele começa a criar seus primeiros laços com o mundo público através das amizades e relacionamentos com os outros rapazes. São entre os doze a vinte anos, segundo Rousseau, que ele solidifica seu caráter, suas aptidões e começa a entender o dever de zelar pelo bom nome de sua família, pois apesar de já ter liberdade de interagir com o meio público, ele ainda está sob a tutela de seu pai. Tendo assim que acatar suas decisões e seus posicionamentos até converter-se em chefe de sua própria família e ser senhor de si mesmo. O rapaz só passa a ser plenamente um homem público ao se casar e formar sua própria família ou em decorrência da morte de seu pai, onde ele, o primogênito, se converte em chefe familiar para tutelar sua mãe e irmãos.

Ao assumir o papel de chefe familiar e adquirir o pátrio poder, ele acarreta varias obrigações para com a sua família. Ao mesmo tempo em que ele vira homem senhor de si mesmo, tem que manter e criar relações de amizade e interesse de valor para reforçar suas alianças e assegurar a posição social de sua família. Pois qualquer relação com pessoas de conduta duvidosa pode vir a recair sobre ela e maculando sua reputação e prestígio.

Segundo Maurice Aymard, sendo o chefe da família, o indivíduo tem o dever de manter e suprir as necessidades desta, cuidando para que não lhe falte nada. Como figura central da família, deve ser um exemplo para que seus filhos se espelhem nele. Por isso, educa seus filhos varões para serem homens respeitáveis e de caráter sólido, e ao mesmo tempo repassa para eles seus conhecimentos e negócios, porque no caso de alguma eventualidade eles possam assumir seus encargos e preservar imagem da sua família. Cabe ao Patriarca também fazer os arranjos necessários para garantir o dote de suas filhas e arranjar casamentos proveitosos para sua família estreitando os relacionamentos entre as famílias aliadas.

Robert Elias, em seu livro *Sociedade de Corte*, descreve uma sociedade que é comandada por uma serie de rituais sociais ligados a nobreza. O papel que o indivíduo desempenha nesses ritos é o que demonstra grau de importância deste na sociedade, através de suas ligações com a alta nobreza e seus laços de amizade. Nesta sociedade, o homem é retratado como chefe da família. Ele é a figura de destaque da casa, pois são seus atos e ações na vida pública que solidificam sua posição social e define seu círculo de amizade. Por isso ele segue uma série de práticas, de etiquetas e cerimoniais ao longo do seu dia, uma vez que, é através delas que o patriarca reafirma seu prestígio e sua posição diante dos seus iguais e na sociedade de corte. Sendo que, depende de sua desenvoltura nas atividades públicas, para seu êxito no âmbito público, profissional e privado.

Tendo de zelar por sua própria família, o homem também devia zelar por entes e amigos, desenvolvendo assim, laços pessoais de confiança, intimidade e privacidade. É nesse espaço onde o público e o privado se mesclam, as amizades realizadas pelos indivíduos mostram-se primordiais para seu convívio em sociedade, segundo Maurice Aymard. Pois ao ajudar um amigo em necessidade, conseqüentemente, aumenta-se o grau de afinidade e fidelidade nos seus inter-relacionamentos privados, criando laços que posteriormente podem ser utilizados

em proveito de sua própria família e reafirmação de sua posição social. O indivíduo apenas deixa de ser figura pública para ser figura privada, ao chegar a sua residência junto a sua família e a um seleto grupo de amizades. Onde ele passa a ser apenas o pai, esposo e amigo, longe do olhar e ouvido da sociedade de corte com suas etiquetas e cerimônias.

2.3 A FIGURA DA MULHER PRIVADA

No século XVIII o ensaísta Richard Steele procurou definir a mulher de acordo com padrões da época: “Uma mulher é uma filha, uma irmã, uma esposa, e uma mãe, um mero apêndice da raça humana...”. Para muitos isso pode ser estranho, mas nesta época o papel da mulher era diretamente ligado a figura masculina.

Segundo o historiador Olwen Hufton, a mulher nesse período, independentemente das suas origens sociais, a partir do momento que nascesse de um casamento legítimo, passava a ser definida pela relação com um homem. Seja de obediência ao pai, seu tutor ou seu esposo durante toda a sua vida.

Desde cedo começava a educação da menina. A partir dos cinco anos, a pequena já ajudava mãe a cuidar da casa e a olhar por seus irmãos. Até aproximadamente os dez anos estudava com sua mãe e parentes em casa, posteriormente era enviada para uma escola feminina de caridade. Local onde aprendia os conhecimentos básicos para ser uma boa esposa de acordo com sua posição social, e a ajudar o seu esposo. Para tanto, ela deveria ter noção de economia doméstica e como comandar os criados, além de saber portar-se com refinamento e discrição para não envergonhar seu esposo e sua família.

Por a mulher depender sempre da figura de um homem, ela tem como prioridade conseguir condições para um bom casamento que era o definido como final ideal para uma mulher pela sociedade. Por isso, segundo Hufton, muitas vezes a posição da mulher era definida por sua classe social e pela possibilidade de dote, pois uma mulher não podia sustentá-las por si só, e sem um bom dote dificilmente conseguiria um bom marido para manter ela e sua família. Muitas vezes o casamento era mais um negócio do que um relacionamento amoroso, onde o pai aproveitava-se dele para fortalecer os laços com as famílias amigas e reafirmar alianças entre elas.

Apesar de a mulher poder ajudar na renda familiar, ela deveria ser economicamente dependente do seu esposo. Por isso recebia salários inferiores aos dos homens para suplantar a renda familiar. Uma vez que para sociedade da época uma mulher independente era olhada como antinatural e detestável, ela jamais deveria ter mais sucesso que seu marido. Se acaso obtivesse, desmoralizá-lo-ia tanto perante a sociedade como perante sua família. Tendo ela sempre que zelar pela harmonia entre a figura pública e privada da família.

Uma vez mãe, assume seu papel como figura fundamental no âmbito privado dentro da casa. Como o pai tem que cuidar dos assuntos públicos, a mãe deve cuidar dos problemas internos para não sobrecarregar o marido. Uma vez em casa, o marido deve ser acolhido e poupado de assuntos triviais irrelevantes do convívio familiar. Isto, entretanto, não retira do marido o papel de centro da família, apenas demonstra o cuidado e dedicação dela para com ele.

A mulher apesar de não ser uma figura pública como o homem, também tem grande importância nela através da figura de esposa e mãe. Perante a sociedade, ela representa seu papel público por ser a guardiã da moral e da conduta em sua casa e por isso tem forte influência na opinião pública. Tendo o poder de espalhar ou acabar com rumores dependendo da sua índole perante a sociedade. Qualquer falha no caráter ou nos modos dos filhos implica na falha da mãe principalmente por não ter sido capaz de instruí-los adequadamente.

Portalis escreve “a diferença que existe no ser dos cônjuges vem pressuposta em seus respectivos direitos e deveres”. Em nome da natureza, o Código Civil estabelece a superioridade absoluta do marido no lar e do pai na família, e a incapacidade da mulher e da mãe. A mulher casada deixa de ser um indivíduo responsável: ela o é bem mais quando solteira ou viúva. A mulher não pode ser tutor nem membro de um conselho de família: ela é preterida em favor de parentes afastados, do sexo masculino. Não pode ser testemunha em tribunais. Caso abandonasse o domicílio conjugal, poderia ser reconduzida ao lar pela força pública e obrigada “a cumprir seus deveres e a gozar de seus direitos em plena liberdade”. A adúltera pode ser punida com pena de morte, pois ameaça atentar contra o que há de mais sagrado na família a filiação legítima.

Em decorrência destes fatos, a função da mulher muitas vezes se resumia em ser filha, esposa, mãe, educadora, governanta da casa e zeladora dos bons costumes. Sendo submissa ao poder patriarcal e tendo como principal objetivo

conseguir casamentos proveitosos para seus filhos, para mais tarde, se preciso ter garantias que eles possam cuidar dela em eventual casualidade. Além de cumprir as expectativas da sociedade sobre ela.

3 JANE AUSTEN E A REPRESENTAÇÃO FAMILIAR NO ÂMBITO PÚBLICO/PRIVADO

Jane Austen foi uma escritora inglesa que viveu entre o final do século XVIII e início do XIX, considerada por muitos críticos literários ingleses, a figura mais importante da literatura nacional depois de Shakespeare. Ela representa o exemplo de escritora cuja vida protegida e recatada em nada reduziu a estatura e o dramatismo de sua ficção.

Austen (1775/1817) nasceu na casa paroquial de Stevnton, Hampshire, Inglaterra, tendo o pai sido sacerdote e vivido a maior parte de sua vida nessa região. Ela teve seis irmãos e uma irmã mais velha. Com a morte de seu pai em 1805, Jane, sua irmã Cassandra e sua mãe mudam-se para Chawton, vivendo em uma propriedade cedida pelo seu irmão. Austen nunca se casou, teve uma ligação amorosa com Langlois Lefroy que não evoluiu também foi noiva de um rapaz muito mais novo que ela, Harris Bigg-Wither, mas mudou de opinião no dia seguinte ao do noivado. Tendo-se estabelecido como romancista, continuou a viver em relativo isolamento, até porque tal profissão de romancista não era bem vista pela sociedade uma vez que como mulher não deveria manter-se solteira, sem o subsídio de algum homem. Devido a uma doença que a afetou profundamente, viajou para Winchester à procurar de uma cura, mas faleceu ali, aos 41 anos, sendo sepultada na catedral da cidade.

A fama de Jane Austen perdura até hoje através de seus seis melhores trabalhos: “Razão e Sensibilidade” (1811), “Orgulho e Preconceito” (1813), “Mansfield Park” (1814), “Emma” (1815), “The Elliots”, mais tarde renomeado “Persuasão” (1818) e “Susan” mais tarde renomeado como “A Abadia de Northanger” (1818), publicados postumamente. Neles, Austen, se destacou pela sua forma de escrita marcada pela linguagem irônica. Outra característica que chama atenção do leitor é o alto grau de complexidade de seus personagens que contestam as estruturas daquela sociedade. Retratando a transição entre a moderna e contemporânea. Segundo Cevasco, o mundo retratado por Austen “é o mundo doméstico, é o das casas dos nobres e abastados da província, cuja vida segue indiferente às convulsões sociais que agitam a Inglaterra”. Por isso ela usa e abusa de falas irônicas para satirizar as práticas sociais desta sociedade.

Seus romances se desenvolvem no cenário da vida familiar no meio rural da Inglaterra do século XVIII/XIX. Mostrando a partir do seu ponto de vista de uma maneira irônica as práticas sociais da época. Ela destaca às peculiaridades das relações familiares e econômicas no âmbito familiar. Essas peculiaridades nos apresentam uma sociedade rural onde o público e o privado mescla-se constantemente, graças às relações de interdependência entre as famílias que ali habitam e que tem fortes ligações entre si por causa da afinidade e dos negócios realizado entre eles.

Segundo a historiadora Elen Biguelin, Austen retratou em suas obras o cotidiano da vida feminina. Através de uma heroína, a autora traça o cotidiano de um grupo familiar, seus amigos e vizinhos. Além de fazer uma descrição da sociedade, ela faz críticas aos costumes da época, dos exageros e da situação feminina. Usando a linguagem irônica, cria personagens estereotipados, criando situações e atitudes exageradas, egoístas e ultrapassadas em situações cômicas. Sua escrita esta presente em varias gerações de leitores pelo seu jeito ferino de escrever, mesmo sem Austen fazer críticas radicais a sociedade que vive.

3.1 A REPRESENTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO E PRIVADO NA FAMÍLIA NO LIVRO “ORGULHO E PRECONCEITO”

No livro “Orgulho e Preconceito” Austen conta a vida das cinco irmãs Bennet (Elizabeth, Jane, Lydia, Mary e Kitty) que foram criadas pela Sra. Bennet sua mãe que criou fixação em lhes encontrar maridos que garantissem o seu futuro e de suas filhas Uma vez que, por não ter tido um filho varão a herança de seu marido ao falecer iria para as mãos do parente mais próximo masculino. Nesta busca por maridos para as Stras. Bennet, a família Bennet conhece o Sr. Bingley e o Sr. Darcy. Neste encontro Sr. Bingley se encantara pela Irma mais velha Stra. Jane Bennet e o Sr. Darcy e a Stra. Elizabeth Bennet irão criar uma aversão mutua devido aos seus temperamentos, baseados em suas idéias e principalmente seus orgulhos e preconceito.

Como o Sr. Bennet não teve um filho varão, para representa-lo como figura pública perante a sociedade, não tinha ninguém para zelar por sua casa, esposa e filhas. Ao falecer o Sr. Bennet deixaria sua família dependente da caridade dos parentes. Tal situação causa grande aflição a Sra Bennet, Essa preocupação é

retratada no capítulo treze, onde a Sra. Bennet demonstra aversão a lei que passa os bens para o parente varão mais próximo de seu marido, no caso representado pelo personagem do Sr. Collins o primo do Sr. Bennet, Sra. Bennet recrimina a falta de atitude do marido quanto a este assunto.

[...] Oh! Meu caro exclamou sua esposa, não posso suportar ouvir isso ser mencionado. Por favor, não fale deste homem odioso. Acho que é coisa dura neste mundo, que sua propriedade seja alienada de suas próprias filhas; e tenho certeza, seu eu fosse você, teria tentado há muito tempo fazer alguma coisa a respeito [...]. (Austen,2007, 32).

Neste trecho podemos analisar que mesmo dentro do âmbito privado o casal tinha desavenças pela falta de influência do Sr. Bennet como figura pública, onde ele é recriminado por sua esposa.

A heroína da história, Elizabeth Bennet é uma mulher centrada e racional que deseja ter uma vida mais ampla do que apenas se dedicar ao marido. Ela analisa a conduta das mulheres e suas opções decorrentes da postura e posição que ocupam na sociedade. Em suas reflexões Elizabeth atenta constantemente pela falta de desenvoltura social de sua mãe, que tem muitas vezes que contornar situações vergonhosas no meio público, como no capítulo nove:

[...] Oh! Querido, sim; mas você deve reconhecer que ela é bem rústica. A própria Lady Lucas com frequência tem dito e invejou a beleza de Jane. Não gosto de me gabar da minha própria filha, mas para estar certa, Jane – não se vê tão comumente alguém mais bonita. É que todos dizem, não confio em minha própria parcialidade. Quando ela tinha quinze anos, havia um homem na cidade com meu irmão Gardner que se apaixonou tanto por ela que minha cunhada estava certa de que ele a pediria em casamento antes de ir embora. Porém, ele não fez. Talvez ele a achasse muito jovem. Entretanto, ele escreveu alguns versos para ela e eram muito bonitos. E assim terminou sua afeição, disse Elizabeth com impaciência. Houve muitos, imagino, arrebatados da mesma maneira. Eu me pergunto quem foi o primeiro a descobrir a eficácia da poesia em encorajar o amor [...].(Austen,2007,pg 45).

O diálogo retrata um comportamento inapropriado de sua mãe, a Sr. Bennet que chama a atenção dos convidados para sua filha mais velha Jane pelos seus atributos físicos menosprezando as outras garotas que ali estavam. Tal atitude para Lizzy (como também é chamada Elizabeth por suas irmãs) é inadmissível e totalmente reprovável. Este comportamento improprio no âmbito público pode prejudicar suas filhas as na busca por um bom casamento, pois a atitude da mãe em um ambiente público é a representação da educação de suas filhas.

É em uma dessas reuniões que Lizzy vem a conhecer o Sr. Darcy e logo de princípio ambos terão uma reação de aversão total um pelo outro, Lizzy considera o Sr. Darcy como um homem rico e presunçoso que só pensa em seu dinheiro, sua arrogância e sua comodidade. Seu pensamento é retratado na cena onde ele satiriza o conceito do Sr. Darcy sobre uma mulher prendada, numa reunião na casa do Sr. Bingley, no capítulo nove esta escrito;

[...] Então observou Elizabeth, você deve abranger muita coisa em seu conceito de uma mulher prendada. - Sim, considero muita coisa nele. - Oh! Certamente, exclamou seu fiel assistente, - ninguém pode realmente ser considerada como prendada se não ultrapassa em muito o que é geralmente tido como prendada. Uma mulher deve ter uma vasto conhecimento de música, canto, desenho, dança e dos idiomas modernos para merecer a palavra; e, além de tudo, ela deve possuir um certo quê em seu semblante e modo de caminhar, o tom de sua voz, sua maneira de falar e suas expressões ou a palavra seria meio merecimento. - Tudo isso ela deve possuir, acrescentou Darcy, - e a tudo isso ela deve adicionar algo mais substancial, no aprimoramento de seu espírito com uma ampla leitura. - Já não estou tão mais surpresa por você conhecer apenas seis mulheres prendadas. Agora me surpreende por conhecer alguma [...]. (Austenb, 2007, pg. 26).

Neste trecho podemos ver claramente como o papel da mulher fica confinado ao âmbito privado, mas ao mesmo tempo ele se mescla com o público. Seu papel no ambiente público é coordenar a casa e seus filhos demonstrando os dotes que aprendeu em sua educação. Ao mesmo tempo em reuniões no âmbito público, seu posicionamento ira ser visto como um reflexo da condição do seu marido e da educação de seus filhos, sendo primordial para aumentar o prestígio de sua família.

Lizzy mostra nesta fala sua aversão ao estereótipo criado pelos homens, para ela a mulher é muito mais que apenas um apetrecho de ostentação masculino. A mulher em sua visão deve almejar mais que apenas um casamento para sua vida. Entretanto no decorrer do romance ela condiciona o pensamento da mulher a sua situação financeira, antes de criticar a educação da mulher, ela observa a posição econômica da mesma, já que uma mulher em sua época não pode manter-se só sem ajuda ou apoio financeiro de um homem.

Outro aspecto retratado em “Orgulho e Preconceito” é a utilização da influência pública e privada para proteger e aconselhar seus entes e amigos a se afastar das pessoas indesejáveis que podem vir a prejudicar a reputação do grupo,

como é mostrado no capítulo trinta e três na confabulação ente Elizabeth e o Coronel Fitzwilliam, onde ele conta sobre a ajuda do Sr. Darcy ao Sr. Bingley.:

[...] é uma circunstância que Sr. Darcy não deseja que seja de conhecimento geral, porque se chegasse a família da dama, seria algo desagradável. - Pode confiar que não mencionarei. - E lembre-se de que não tenho muito motivo para supor que seja Bingley. O que ele me contou é simplesmente isso: que ele se felicitou por ter salvado, recentemente, um amigo das inconveniências de um casamento muito imprudente, mas sem mencionar nomes ou quaisquer outros detalhes, e apenas suspeito que seja Bingley por crer que ele é o tipo de jovem que cai em dificuldades dessa sorte e por saber que estiveram juntos durante todo o ultimo verão [...].Austen,2007. 237pg.).

No fragmento acima o Coronel Fizzwilliam retrata uma das funções do homem como figura pública, na qual deve ajudar seus amigos e aliados, uma vez que, um mau passo do mesmo ou uma falta de ação podem vir a causar um dano na sua moral. Esta ajuda pode resultar em uma aliança maior entre as partes envolvidas e até mesmo, posteriormente ser a aliança importante em situação problemática.

Em sua fala o Coronel Fizzwilliam demonstra grande admiração e aprovação ao comportamento do Sr. Darcy, que ao aconselhar seu amigo evitar um casamento imprudente que acarretaria em uma provável perda do status do Sr. Bingley este mau passo poderia trazer a desmoralização do mesmo e do Sr. Darcy também.

A partir deste ponto, o livro transcorre retratando os encontros entre a Srta. Elizabeth e o Sr. Darcy mostrando a disputa entre o orgulho e preconceito dos dois, mesmos onde se utilizarão de sua influência e imagem público-privada para argumentarem seus pareceres e embasar seus pontos de vista. Somente após terem esclarecido todas as suas dúvidas e incertezas, sobre dos pros e contras de sua relação enquanto um casal, eles sobrepõem sobre seus orgulhos e preconceitos para ficarem juntos.

3.2 A DIFICULDADE SOFRIDA PELA MULHER NO DOMÍNIO PÚBLICO PELA FALTA DA FIGURA MASCULINA NO ÂMBITO PRIVADO NO LIVRO “RAZÃO E SENSIBILIDADE”

O livro “Razão e Sensibilidade” se passa na Inglaterra do início do século XIX. Contando a história da família Dashwood que em virtude da morte do marido, a

Sra. Dashwood e suas três filhas Elionor, Marianne e Margareth passam a enfrentar dificuldades financeiras. Pois praticamente toda a herança foi para um filho do primeiro casamento, que ignora seu dever e a promessa feita no leito de morte de seu pai na qual deveria amparar suas meias-irmãs por causa de sua esposa. Porém no tempo em que passa na casa de seu meio-irmão Elionor conhece o cunhado deste, o Sr. Edward e logo criam uma grande afeição, mas a oposição de sua cunhada, por Elionor não ter um bom dote faz com que eles se afastem. Após este fato a Sra. Dashwood e suas filhas partem atrás de abrigo e proteção em uma casa doada por um primo distante da Sra. Dashwood, o Sr. Middleton.

Esses acontecimentos aliados a falta de uma figura masculina dentro da casa, acarretaram em uma desfiguração de toda a estrutura familiar, causando a perda da identidade num primeiro momento da mulher. Por isso, enquanto sua mãe (Sra. Dashwood) ainda não se conforma com a atuação de seu enteado para com ela e suas filhas, Elinor aprende a ser prática e assume o papel de figura central da família, utilizando sua razão como principal ferramenta para conduzir as situações e se precaver das eventualidades, como ela diz no capítulo trinta e oito, “Bem – diz Elionor – é um conforto estar preparada para o pior. Pois já se tem as respostas prontas”. (Austen,2007, p. 183).

Como elas não têm mais o pai para zelá-las e um dote para conseguir bons casamentos, as três irmãs ficam a mercê da sorte para conseguirem bons maridos. Apesar de comandar boa parte das responsabilidades da casa, Elionor, recebe também a ajuda de suas irmãs e de seus entes queridos como o Sr. Middleton, Lady Middleton e ao Coronel Brandon.

Esta ajuda pode ser claramente demonstrada no capítulo quarenta e três, quando Marianne, irmã e Elionor, pega um forte resfriado e passa dias delirando e agonizando em seu leito, Elionor cuida dela amparada pelo apoio incondicional do Coronel Brando.

Elionor sentiu enorme gratidão pelo consolo de ter um amigo como Coronel Brando naquele momento – ou tal companhia para sua mãe! Uma companhia cujo senso poderia guiá-la, cujo auxílio poderia aliviá-la, e cuja amizade devia aclamá-la! A companhia do Coronel poderia suavizar a perturbação que tal chamado provocaria em sua mãe, e estava certa de que sua presença, seus modos e sua ajuda contribuiriam para isso, tanto quanto possível. (Austen,2007, p. 207).

Elionor se sente extremamente agradecida pela ajuda e apoio do Coronel Brando. Esta ajuda demonstrou a importância da amizade para uma família que não

tem uma figura patriarcal responsável pelo zelo e proteção da mesma, pois sem ajuda financeira do Coronel Brandon, Marianne ficaria a sua sorte por causa da situação financeira precária de sua família. Esta cena retrata as dificuldades enfrentadas por uma família sem a figura de um homem público, acaba ficando a mercê da benevolência e caridade de seus familiares e seus entes queridos.

O Coronel Brandon sente um profundo afeto por Marianne. Mas para o infortúnio do mesmo, Marianne o acha muito velho para ela e não retribui seus sentimentos, principalmente por pensar estar apaixonada pelo Sr. Willoughby. Porém após sair de sua convalescência ela vê que foi o Coronel Brandon que veio em auxílio e a partir deste acontecimento ela começa a olhá-lo com outros olhos.

No desenrolar da trama, tanto Elionor como Marianne amadurecem sua postura diante do meio público como do privado, através das experiências vividas nos seus relacionamentos. E encontram no casamento seu lugar definitivo, na figura da mulher responsável e dedicada à sua casa e sua família ao se casarem respectivamente. Elionor se casa com o Sr. Edward, após ele deixar de lado as implicações de sua irmã sobre seu casamento com ela e Marianne se casa com o Coronel Brandon ao rever seus pensamentos e idéias percebendo que foi sempre ele que a quis e a protegeu por fim retribuindo seu afeto.

3.2 A INFLUÊNCIA DO ÂMBITO PÚBLICO E PRIVADO NA VIDA DO INDIVÍDUO ATRAVÉS DO LIVRO “PERSUASÃO” DE JANE AUSTEN

O livro “Persuasão” é o último trabalho concluído de Austen. É neste romance que vemos a maior complexidade dos personagens e o amadurecimento da trama da escritora. A história gira em torno de Anne Elliot e seu romance com o capitão Frederick Wentworth. Filha do meio entre as três filhas do Sr. Walter Elliot, Anne sempre é deixada em segundo plano na sua família, uma vez que seu pai demonstra uma clara preferência por sua filha mais velha Elizabeth que é o orgulho de seu pai e sua irmã mais nova Mary já está casada e estabelecida.

Sua família é marcada pelo orgulho de pertencer a uma linhagem nobre de baronete e pela decadência na qual se encontra a mesma pelo excesso de gastos do Sr. Elliot e sua filha mais velha Elizabeth Elliot. Quando a situação se agrava, para conseguir pagar os credores, Anne junto a Sra. Russel uma antiga

amiga de sua mãe, e sua conselheira, fazem um plano para quitar as dívidas e manter o requinte de sua casa através do aluguel da casa principal dos Elliots.

Durante esta fase de dificuldades Anne conhece o capitão Frederick Wentworth, um homem sem poses e sem dinheiro para sustentar a vida que ela levava. Eles se apaixonam e ele a pede em casamento, porém a intervenção de terceiros acaba por se separá-los. Sra. Russel aconselha Anne a esperar um pretendente melhor que possa lhe sustentar sem dificuldade, como ela sentia grande afeto e apreço pela Sra. Russel acaba seguindo seu conselho e declinando o pedido.

O capitão Frederick Wentworth partiu revoltado por Anne ter declinado sua proposta e não ter acreditado que ele iria progredir e conseguir mantê-la. Com passar dos anos Anne vê o erro que cometeu com o Capitão Frederick, ela nunca o esqueceu e manteve seu afeto pelo mesmo. Por isso rejeita os pretendentes que aparecem para cortejá-la.

Após sete anos Anne volta e encontra o capitão Frederick, porém agora ele é um homem rico e de poses que fez dinheiro no mar e esta a procura de esposa para ter seus filhos. Por viverem no mesmo círculo familiar, eles vivem se encontram, tentam se machucar e negar os sentimentos de um pelo outro.

Em meio a este círculo familiar através dos debates, conversas e discussões, nos quais a autora demonstra as opiniões dos indivíduos pertencentes a ele. Neles ela mostra seus conceitos e críticas à sociedade e suas imposições. Um exemplo claro é o debate criado entre o capitão Harville e Anne sobre a força e natureza dos sentimentos dos homens e das mulheres.

[...] Pobre Fanny! Ela não o teria esquecido tão depressa! - Não, respondeu Anne, em uma voz baixa e sentida. - Isso eu acredito. - Não era sua natureza. Ela adorava-o. - Isso não estaria na natureza, de qualquer mulher que amasse verdadeiramente. O capitão Harville sorriu, como se quisesse dizer: "Diz isso do seu sexo?" Ela respondeu, sorrindo também: - Digo. Nós certamente não vos esquecemos tão depressa como vocês nos esquecem. Isso é talvez o nosso destino, e não o nosso mérito. Não conseguimos evitá-lo. Nós vivemos em casa, sossegadas, confinadas, e os nossos sentimentos perseguem-nos. Os homens são obrigados a ter uma atividade. Têm sempre uma profissão, interesses, negócios de um tipo ou outro, para os levar imediatamente de volta para o mundo, e a ocupação e a alteração constantes depressa diminuem qualquer depressão. - mesmo admitindo que seja verdadeira a sua afirmação de que as ocupações mundanas dos homens conseguem tudo, o que eu, porém, acho que não admito, isso não se aplica a Benwick. Ele não teve de exercer nenhuma atividade. A paz colocou-o em terra nesse preciso momento, e ele tem vivido conosco, no nosso pequeno círculo familiar, desde então. - É verdade, disse Anne, muito

verdade, não me lembrava; mas que poderemos dizer agora, capitão Herville? Se a mudança não foi provocada por circunstâncias exteriores, então deve ter-lhe vindo do íntimo, deve ter sido a natureza, a natureza do homem, que agiu no caso do capitão Benwick. - Não, não, não é a natureza do homem. Eu não vou concordar que esteja mais na natureza do homem do que na da mulher ser inconstante e esquecer os que amam ou amaram. Acredito o contrário. Eu acredito em uma verdadeira analogia entre a nossa estrutura física e mental; e, como o nosso corpo é mais forte, os nossos sentimentos também os são, capazes de suportar as mais rudes privações e de sobreviver a terríveis tempestades. Os seus sentimentos podem ser mais fortes, respondeu Anne, mas o mesmo espírito de analogia permite-me assegurar que os nossos são mais delicados. O homem é mais robusto que a mulher, mas não vive mais tempo; o que explica exatamente o meu ponto de vista em relação aos afetos. Não, seria muito duro para vocês de outra maneira. Vocês tendem a lutar contra dificuldades, privações e perigos suficientes. Estão sempre trabalhando e labutando, expostos a todos os riscos e privações. Abandonam tudo: lar, país e amigos. Não podem chamar de seus ao tempo, à saúde ou à vida. Seria realmente muito duro, concluiu ela com voz trêmula: - se a tudo isso fosse adicionados sentimentos femininos. - Nós nunca havemos de chegar a um acordo nesse ponto, começou a dizer o capitão Harville [...]. (AUTOR, ano, p.).

Esse debate demonstra à grande separação que há entre os papéis e funções dos homens e das mulheres. Essa divisão também se pode ver através das atividades que cada um cumpre dentro da sociedade.

O homem tem mais liberdade de ação, podendo fazer o que lhe convém tantos nos negócios (vida pública), como em sua vida família (vida privada) sem sofrer represálias sociais. Já a mulher tem uma vida pacata, restrita em boa parte a monotonia de sua casa e aos interesses de sua família, acaso tivesse uma vida de liberdades seria reprimida duramente por sua falta de modos e pudores.

Austen demonstrou nas falas de Anne sua própria reprovação a essa vida feminina que prende a mulher a sua casa, sem que ela possa desfrutar da maioria das liberdades dos homens. Eles podem criar novas metas e desafios para esquecer-se das pressões e depressões da vida. Enquanto a mulher fica sentada na janela vendo a vida passar por ela.

Em meio a essas discussões, Anne e o capitão Frederick vão enxergando novas faces do sentimento um do outro e apesar dos pesares que viveram, percebem que seus sentimentos não mudaram e ambos sentem o mesmo um pelo outro. Ao final eles concluem que os acontecimentos que passaram foram necessários para fortalecer seus próprios sentimentos e para prepará-los para sua união.

4 CONCLUSÃO

A dedicação e cuidado utilizado ao usar a literatura requereram uma grande disciplina e organização. Trabalhar com aspectos verossimilhantes e com as comparações com a realidade atuais, pode gerar uma perda do enfoque, fazendo com que o trabalho fique comprometido com o propósito do historiador de relatar os fatos o mais próximo do real possível.

Ao analisar a literatura como fonte histórica, observa-se a ampla gama de possibilidades de exploração que podemos utilizar para ter novas visões sobre sociedades antigas e suas peculiaridades. A diversificação de fontes contribui muito para o enriquecimento de trabalhos e pesquisas através releituras e reflexões de livros que nos retratam um novo olhar sobre o passado. São essas releituras feitas de textos antigos que nos apontam outros conceitos e até mesmo novas discussões a serem suscitadas pelo historiador.

Os conceitos históricos familiares e a representação da família inglesa foram feitos de maneira a demonstrar as mudanças que a família passa dentro e fora da sociedade. Esses conceitos trouxeram novas visões sobre a divisão social e estrutural da família. A transição do matriarcado para o patriarcado gerou uma mudança radical nas posições ocupadas dentro da estrutura familiar e em suas posições de destaque no âmbito público/privado. Tais transformações foram fundamentais para a formação da estrutura familiar moderna. Onde o homem foi figurado como figura pública e central da família e a mulher figurada com figura privada e central da casa.

A retratação do homem como figura pública predominante sobre a figura da mulher privada. Demonstrou a importância da presença da figura masculina para proteger e destacar sua família. Sem é claro tirar a importância figura da mulher privada que também cuida e protege sua família. A influência das relações de amizade e afinidade entre as famílias no âmbito público-privado se mostrou de suma importância para as mesmas, no caso de ocorrer eventualidade com elas. Podendo essa relação tanto salvar como prejudicar a sua estrutura familiar a obter êxito no âmbito público-privado.

A autora Jane Austen em sua escrita retratou um cotidiano da baixa nobreza e os abastados rurais da Inglaterra do século XVIII/XIX. Essa sociedade rural demonstrada como estando de fora do processo de transformações que

estavam se passando na Inglaterra. Através de seus personagens ela critica a falta de mudança no pensamento das pessoas em comparações com os personagens mais inovadores e aventureiros, que apontam necessidade de mudanças de pensamento e das funções e dos papéis das pessoas na sociedade.

Em “Orgulho e preconceito” a representação do domínio público e privado foi destacada para mostrar a separação que há no interior estrutura familiar e o papel que cada indivíduo tal com a sua função. Como o caso da personagem da Sra. Bennet que tem como função primordial casar suas filhas e garantir tanto o seu futuro como o dela retratando seu papel com figura privada. Em contra partida, retratou a função do homem com o Sr. Darcy como chefe de sua família que zela tanto por ela como pela dos seus entes queridos. Porém também são retratados nesse livro os conceitos e preconceitos de seus personagens, onde em suas falas eles retratam com as pessoas deveriam ser educadas e como deveria ser sua conduta para não prejudicar a moral de sua família.

Por outro lado em “Razão e Sensibilidade” o ponto trabalhado foi às dificuldades encontradas pelas mulheres, uma vez que fiquem desamparadas de uma figura masculina pública que zele por elas e cuide de seus interesses. A personagem Elionor ao assumir o papel como figura de destaque tenta manter sua família estável. Mas mesmo ela com ajuda de suas irmãs Marianne e Margareth, necessitam da proteção de outros homens representados pelo parentesco e amizade do Sr Middleton e o apoio oferecido pelo Capitão Brando. Esta necessidade demonstra a vulnerabilidade que a mulheres estavam sujeitas e como elas tinham se unirem para conseguirem vencerem as adversidades que estavam enfrentando.

Finalizando esta releitura com “Persuasão”, onde é focado na influência que sofre o indivíduo devido às pressões sociais a no âmbito público/privado. Onde A Srta. Anne Elliot mostra seu grande tormento e aflição, por ter declinado o pedido de casamento do Capitão Frederick Wentworth. Ela mostra a interferência dos conselhos e opiniões das pessoas que viviam em seu meio e sua influência nos indivíduos que pertencem a ele.

Austen cria personagens bem elaborados e marcantes cheios de vícios, virtudes e preconceitos que abordam a influência do público e privado nas relações intra e inter familiares. Tais personagens nos recriam um imaginário que nos trás traços e peculiaridades únicas de sua sociedade. Esses traços que nos instigam a

visualizar a história por mais de um ponto de vista, para melhor compreender essa sociedade em transformação que tanto nos atrai em sua escrita.

REFERÊNCIAS

AUSTEN, Jane. **Orgulho e preconceito**. São Paulo: Landmark, 2010. 368 p.

_____. **Razão e sensibilidade**. São Paulo: Landmark, 2010. 447 p.

_____. **Persuasão**. São Paulo: Landmark, 2010. 206 p.

BLOCH, Marc Leopold Benjamim. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002. 159 p.

BONINI, Íside M. **Boas maneiras: casa, higiene, beleza e personalidade**. 2. vol. São Paulo: Edigraf, 1963.

BURKE, Peter et. al. **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CEVASCO, Maria Elisa; SIQUEIRA, Valter Lellis. **Rumos da literatura inglesa**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1985. 96 p. ISBN 85-08-00651-9

DUBY, Georges; COELHO, Maria Helena da Cruz; PERROT, Michelle; W. FERNANDEZ FLORES. **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1990-1991. 3 v.

_____. **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1990-1991. 4 v.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. 312 p. ISBN 8571106150

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 215 p. ISBN 85-286-0518-3

EVANS, Ifor. **História da literatura inglesa**. São Paulo: Edições 70, 1976. 468 p.

HISTÓRIA da vida privada. São Paulo: Companhia das Letras, 1991-2002. 3 v

_____. São Paulo: Companhia das Letras, 1991-2002. 4 v

JAUSS, Robert Hans. **História da literatura como provocação à Teoria Literária**. São Paulo: Ed. Atíca, 1994.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. 187 p. ISBN 8571105294

MEIRA, Cecil. **Introdução ao estudo da literatura**. 4 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1974. 330 p.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária**: introdução à problemática da literatura. 4 ed. rev. aum. São Paulo: Melhoramentos, 1971. 354 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & literatura**: uma *velha-nova* história, *nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, debates, 2006, {Em línea}, Puesto em línea enero 2006. Disponível em: <http://www.nuevomundo.rues.org/1560>. Consultado em 28 abr. 2011.

PRADO, Danda. **O que é família?** São Paulo: Brasiliense, 1984-1995. 122 p. ISBN 85-11-01050-5

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**: ou princípios do direito político. São Paulo: Martin Claret, 2003. 128 p.

WINNICOTT, D. W.; Jane Correa. **A família e o desenvolvimento do indivíduo**. Belo Horizonte: Interlivros, 1980. 200 p.